



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

**Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo da
Câmara Municipal de Cabo Frio,
realizada no dia 24(vinte e quatro) de
setembro do ano de 2024(dois mil e
vinte e quatro).-----**

Às dez horas do dia 24(vinte e quatro) de setembro do ano de 2024(dois mil e vinte e quatro) sob a Presidência do Vereador Miguel Fornaciari Alencar e com a ocupação da Primeira Secretaria pela Vereadora Alexandra dos Santos Codeço, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adeir Novaes, Alexandre Marques Cordeiro, Davi dos Santos Souza, Douglas Serafim Felizardo, Joao Roberto de Jesus da Silva, Josias Rocha Medeiros, Leonardo Mendes de Abrantes, Luis Geraldo Simas de Azevedo, Oseias Rodrigues Couto, Rodolfo Aguiar de Faria e Thiago Vasconcelos Leite Pinheiro. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata do dia 19/09/2024. Cumprido o rito regimental o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte: **EM CONFORMIDADE COM O ART.71, ITEM 1 DO REGIMENTO INTERNO: LEITURA E APRECIÇÃO DA ATA: 19/09/2024; PROJETO DE LEI: 0031/2024 - ALEXANDRA DOS SANTOS CODEÇO, INSTITUI O GUIA "CABO FRIO: CIDADE AMIGA DO IDOSO"; PROJETO DE LEI: 0170/2024 - ÁTILA MONTEIRO DE CAMPOS MOTTA, INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO A INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Terminada a leitura do Expediente o Senhor Presidente franqueou a **Tribuna** aos oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito o **Vereador Alexandre Marques Cordeiro**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Em seguida teceu comentários sobre sua preocupação com as drenagens ocorridas na Lagoa de Araruama, destacando que a Ilha do Japonês estava ameaçada de desaparecer, assim, solicitava o apoio dos Nobres Pares junto aos órgãos de fiscalização. Disse, que deveria haver acompanhamento da Secretaria de Meio Ambiente, ressaltando que, as embarcações de grande porte já não estavam mais navegando em alguns pontos da lagoa e seguiam para o Rio de Janeiro, o que levava a queda da geração de rendas no município. Disse ainda, que deveria ser feita avaliação das ações a serem realizadas pelas empresas de dragagem. Em aparte, o Vereador Miguel Alencar disse que o orador poderia contar com a Casa legislativa e que deveria ser iniciado um movimento conjunto para que fosse encontrada uma solução. Retomando ao seu discurso, o Vereador Alexandre Marques disse, que havia mais de seis meses que protocolara documento solicitando a dragagem na altura da praia do São Bento, mas, que até a atualidade não obtivera respostas. Após, fez uso da **Tribuna o Vereador Josias Rocha Medeiros** e inicialmente saudou

a todos. Em seguida disse, que recebia constantes denúncias relacionadas a terceirização da merenda escolar das escolas de Cabo Frio, com referência a adesão de uma Ata de cerca de quarenta milhões de reais, enfatizando que se tratava também da terceirização da mão de obra dos funcionários da Educação. Disse, que há pouco tempo a prefeita enviara para a Casa Legislativa uma “pegadinha” concernente a “pejotização” da Saúde, com isso deveria haver atenção também com relação àquele caso na área da Educação. Disse, que em período eleitoral não cabia atos de adesão de uma Ata daquela monta, que culminaria em prejuízo dos servidores. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir fez uso da palavra o **Vereador Miguel Alencar**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Em seguida disse, que também recebera a denúncia relacionada a adesão da citada Ata mencionada pelo Vereador Josias Medeiros. Disse, que estava tomando providencias para ter mais clareza sobre tais fatos e que todas as medidas necessárias seriam tomadas para coibir ações daquela natureza. Disse, que a partir da próxima quinta feira já haveria implantação do novo sistema terceirizado na Escola Edilson Duarte, o que era um grande absurdo, visto que tudo estava sendo feito e desacordo com os trâmites legais. Em aparte, o Vereador Josias Rocha disse que era importante a aquiescência da presidência da Câmara e que aquele ato configurava em falta de respeito para com o período eleitoral e que após as eleições deveria haver debate para saber se a população aceitava aquele tipo de terceirização. Retomando ao seu discurso, o Vereador Miguel Alencar disse que, continuaria naquela luta, no sentido de sustar qualquer Decreto relacionado a adesão da citada Ata, sobretudo no período eleitoral em sem diálogo com o sindicato. Prosseguindo disse, que as informações relacionadas a Educação tinham desaparecido do sistema da prefeitura e que seria realizada Audiência Pública para debate daquele tema. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a **Ordem do Dia**. NESTA ETAPA FORAM ENCAMINHADOS PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA OS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0031 E 0170/2024. Não havendo “Quórum” regimental para a deliberação das matérias no segmento dedicado a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a **Explicação Pessoal**. Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal a **Vereadora Alexandra Codeço**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida, teceu comentários sobre o mês de setembro, destacando que o período era dedicado à comunidade surda, um mês de conscientização sobre os direitos de tais cidadãos, com isso entrara com proposição para que em todas as unidades de saúde houvesse um interprete de libras. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.